

Da História para a Memória: a Transformação do Recolhimento de Santa Tereza no Museu de Arqueologia de Itaipu

Helena Vieira Leitão de Souza*

Resumo: Essa comunicação tem como objetivo apresentar algumas considerações acerca da utilização de um lugar de Memória e História – o Recolhimento de Santa Tereza, em Niterói, datado de 1764 e utilizado como lugar de confinamento de mulheres durante a época do Brasil colonial – para a criação de um museu regional (o Museu de Arqueologia de Itaipu – MAI, criado em 1977 e de responsabilidade técnico-administrativa da 6ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), voltado para a comunidade local, demonstrando como são tratadas as questões de identidade, memória e representação na construção de um espaço que é um sítio arqueológico, museu e local de História.

Palavras-chave: Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) – História e Memória - Arqueologia

Abstract: *The objective of this paper is to provide some considerations about the use of a place of Memory and History (the Recolhimento de Santa Tereza, in Niterói, dated of 1764 and used as a place of women confinement during the colonial times in Brazil) for the creation of a regional museum - the Itaipu Museum of Archeology (Museu de Arqueologia de Itaipu – MAI) created in 1977 and under the responsibility of the 6th Regional Superintendency of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – for the local community. Thus, this paper will demonstrate how identity, memory and representations questions are handled meanwhile the building of a space which is an archaeological site, museum and place of History.*

Key-words: Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) – History and Memory – Archeology

* Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduanda em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e pós-graduanda em Geologia do Quaternário pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Introdução

Pierre Nora, em texto já clássico, demonstrou a necessidade de se criar lugares de memória. Os lugares de memória seriam necessários para suprir a falta de meios de memória realmente eficazes (NORA, 1993: 7).

Os museus podem ser vistos, entre inúmeras outras funções que cumprem junto às sociedades, como lugares que participam da preservação de determinados bens – sejam eles bens históricos, antropológicos, artísticos, biológicos, dentre outros existentes numa enorme e variada gama – de acordo com a capacidade humana de busca, curiosidade e estudo. E esses bens pertencem a toda a sociedade.

Alguns museus, porém, têm a peculiaridade de não só servirem de espaço de preservação e conhecimento, mas de serem, eles também, objetos históricos. Tratam-se dos museus instalados em antigos edifícios de relevância histórica e patrimonial. O Museu de Arqueologia de Itaipu é um desses museus que iremos tratar nessa breve análise, a partir de um estudo interdisciplinar entre História e Museologia (com alguma participação da própria Arqueologia).

O MAI e a História

O Museu de Arqueologia de Itaipu localiza-se na Região Oceânica de Niterói, perto da praia e no meio de uma colônia de pescadores. É cercado por muros, que contornam a estrutura física do museu, que anteriormente era o Recolhimento de Santa Tereza.

A instituição tinha como objetivo abrigar crianças órfãs e salvar mulheres e crianças de fazendeiros locais, quando os mesmos viajavam; além de também ter a função de “corrigir” determinadas atitudes que as mulheres pudessem (ou quisessem) tomar que não fossem bem aceitas por suas famílias (RIBEIRO, 2007: 61).

O Recolhimento foi construído em homenagem a Santa Tereza, a partir de uma capela erguida em 1721 e ligada à matriz da freguesia de São Sebastião de Itaipu, uma das quatro freguesias da então região conhecida como “Bandas d’além”, alcançando os atuais municípios de Niterói e São Gonçalo., ou seja, o outro lado da Baía de Guanabara, em contraposição ao Rio de Janeiro. Passou a ser usado como recolhimento em 1764 (BARRETO, 2002: 3) e teve essa função até o ano 1833, tendo então sido transformado em um asilo para menores (FERREIRA, 2007: 9).

Não se sabe exatamente o motivo do Recolhimento ter sido abandonado, porém, durante o século XX, o espaço foi ocupado pelos moradores locais – que desde então foram constituindo um forte sentimento de identidade com o monumento, que se tornou para eles algo mais que um lugar de História: tornou-se um lugar de moradia, aulas, velórios, ou seja, convívio social, por fim, um lugar de Memória.

Devido ao seu valor histórico inegável, o monumento foi tombado em 1943 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo o ato de inscrição no livro do tomo ocorreu em 1955.

Por fim, foi transformado em Museu de Arqueologia no ano de 1977, com motivação provinda não só de cientistas ligados ao IPHAN como também da população local (RIBEIRO, 2007: 63-64). Desde sua criação, tinha-se em mente utiliza o espaço para abrigar materiais arqueológicos coletados não só em Itaipu como em outras regiões próximas.

Ou seja, o MAI, independentemente de ter se tornado um museu, sempre teria sua parte física, por si só, como um bem do patrimônio público, tombado, necessitando de conservação e preservação, devido ao seu valor histórico.

O MAI e a Museologia

Após muitas reflexões ao longo dos anos, pode-se dizer que a Museologia é a ciência que estuda a relação específica do Homem com a Realidade (MENSCH, Peter Van, 1994: 11). Essa definição pode causar espanto e estranheza para aqueles que não são muito próximos da área, porém ela é a que melhor engloba a visão que a Museologia tem de si mesma: uma ciência que estuda a relação profunda entre o homem (o sujeito) e os objetos/bens culturais num espaço denominado museu (que pode ou não ser um museu como o conhecemos), numa realidade historicamente determinada (CHAGAS, 1996: 31).

O que isso traz de interessante para o presente estudo é que a Museologia, aqui, se comporta com uma ferramenta a mais para a análise, porque tratamos de um espaço que é um museu. Museu cujo espaço, é um patrimônio e cujo acervo também é. Na verdade, há vários museus que se enquadram nessa categoria, de serem patrimônios em si mesmos. O interessante do MAI é que ele, por ser um museu pequeno, chamado de regional, possui uma interessante relação com a sociedade que o cerca.

Sendo assim, ele é de fato um espaço – histórico – que contém essa relação entre o homem (nesse caso, a sociedade que o cerca, que o compôs, que possui uma preocupação primordial com o museu) e os bens culturais que estão neste museu, e podemos incluir o próprio museu. Convém lembrar que o fato de se transformar um lugar construído em tempos históricos no abrigo de bens dos tempos pré-históricos já é uma ação diferenciada, pois convida seus visitantes a entrar em dois mundos ao mesmo tempo, a ver duas fases diferentes da História do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, juntas, conectadas, e não distantes e pertencentes a mundos diferentes, como normalmente História e Pré-História são apresentadas.

Outro aspecto interessante do Museu é sua relação com a sua sociedade: é algo distinto, instigante. Todo ele conspira para que haja um espaço que ao mesmo tempo é respeitável como é amigável: o Museu é descoberto e gramado em sua maior parte. Nas poucas áreas cobertas ficam as exposições e os muros de pedra formam um cenário diferente daquele possuído pela maioria dos museus. A maior parte da exposição está na capela, que também funciona como espaço para palestras e outras atividades voltadas para a comunidade, pois é dela o museu.

Ou seja, devido a sua trajetória *sui generis*, o MAI se tornou um espaço capaz de ter um valor maior para a comunidade que o cerca, que acaba por nutrir por ele um sentimento diferente, próprio e pessoal.

O MAI e a Arqueologia

Como Museu de Arqueologia, o MAI abriga duas exposições: na capela encontra-se a exposição de maquetes, que demonstram as várias formas do trabalho arqueológico, trazendo para a realidade de seus visitantes algo pouco comum nos museus: como é feito a coleta do material que está nele contido.

Já a exposição arqueológica está numa outra sala: são diversos artefatos arqueológicos provindos de Itaipu e outras localidades próximas – como dito acima, desde o início, a idéia era que o Museu abrigasse o acervo arqueológico de toda a região litorânea até Cabo Frio (há: líticos, cerâmicas, restos de esqueletos, dentre outros).

Além das exposições, o Museu possui um programa educativo voltado para escolas e para a comunidade local, que foca a Arqueologia Histórica e Pré-Histórica, demonstrando cumprir mais uma de suas funções como museu: a educação (principalmente patrimonial).

Quase todo o acervo foi constituído não de forma considerada científica, mas de uma doação de um morador da região – seu Hildo de Mello, que era Agente Federal de Fiscalização da Pesca, provindo de objetos coletados pelo mesmo e por diversas pessoas da comunidade no Sítio Duna Grande.

As coletas ocorreram nas décadas de 60, 70 e parte da década de 80. (RIBEIRO, 2007: 60). A coleção consiste de machados de pedra, lascas de quartzo, vértebras de peixes, restos de fogueiras, ossadas humanas e animais etc. Ainda dentro dessa categoria de objetos recolhidos e doados pela sociedade – demonstrando a intrínseca relação entre a comunidade local há uma canoa, marco da ocupação principal dessa sociedade.

Convém lembrar que uma outra parte do acervo provém de uma pesquisa de salvamento arqueológico realizada no sítio arqueológico Sambaqui de Camboinhas, coordenada pela arqueóloga do Museu Nacional Lina Kneip, e que foi destruído devido a um empreendimento imobiliário na Praia de Camboinhas (RIBEIRO, 2007: 65-66).

Próximo ao Museu existe um sítio arqueológico, uma duna-samabaqui, já aqui referida – a Duna Grande, única ainda existente na área e que é parte do patrimônio arqueológico brasileiro e reconhecido pelo IPHAN como extensão do MAI. Esse sítio é o único remanescente de uma região que também continha o Sambaqui de Camboinhas e o Sítio Duna Pequena, porém só ele se salvou da especulação imobiliária. Ele foi localizado em 1962 por uma equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira e encontra-se entre a Praia e a Lagoa de Itaipu, possuindo 20 metros de altura e 100 de expansão e ficando a cerca de 400 metros das ruínas do Recolhimento (FERREIRA, 2007: 10).

O acervo que está em exposição consiste em materiais emprestados do Museu Nacional da UFRJ e do Instituto de Arqueologia Brasileira, e uma parcela da coleção Hildo de Mello. Uma parte da coleção Hildo de Mello encontra-se em exposição no Museu Histórico Nacional.

História, Memória e Museu: o MAI e a Sociedade.

Durante o tempo em que o Recolhimento não mais cumpria a função para o qual fora criado, e o MAI ainda não havia sido instituído, as ruínas existentes serviram com

espaço social para a comunidade de pescadores da área. Durante esse tempo a comunidade construiu fortes ligações com o lugar, ligações pessoais e íntimas (¹).

Portanto, o MAI pode ser visto como um organismo mediador de memórias da sua comunidade local: memórias que são históricas, arqueológicas e (principalmente?) cotidianas. Um dos pontos mais interessantes na trajetória deste museu é justamente essa característica de proximidade com a comunidade, pois não só ela *conviveu* no Museu como foi quem constituiu o seu acervo e é para ela que o Museu está mais voltado, através das ações educativas propostas por ele, voltadas para essa comunidade, tratando de assuntos que a eles interessam.

Na verdade, o que o torna um museu tão especial é essa capacidade que a instituição teve de agregar a História e a Arqueologia com a Memória, tornando possível que um espaço seja ao mesmo tempo de interesse nacional, regional e pessoal. Ele funciona não só como um lugar de apresentação e vinculação de conhecimento, mas também como um lugar que funciona como espaço de memória. Um espaço de memória que apresenta objetos tridimensionais numa lógica estabelecida, dentre do discurso de memória apresentado pela instituição, que vincula a memória com a imagem (FERREIRA, 2007: 6), só que se trata de uma memória não só da Arqueologia, dos povos sambaquianos que habitaram a região, mas também da memória da comunidade, que cuidou das ruínas, preservando-as, e que coletou as peças na Duna Grande, que também é um lugar de memória. O seu valor histórico e seu valor arqueológico também são de interesse da população, mas ele também possui esse valor pessoal, relativo à memória da comunidade que convive a sua volta, comunidade que sempre entendeu aquele bem como seu (e não é essa afinal, o sentido dos bens públicos – pertencerem à comunidade?) e sempre cuidou de sua conservação, transformando algo que poderia estar completamente fora da realidade – ruínas históricas e artefatos pré-históricos – em bens da memória coletiva.

Uma exposição é sempre realizada com um determinado propósito e seguindo um dado discurso, cabendo ao espectador dar os significados que deseja e que fazem sentido para si sobre os objetos. No caso do MAI, é possível dar uma outra significação, uma nova valoração aos objetos e ao Museu, que assim se tornam mais enriquecidos, ganham um sentido maior e mais especial para aqueles que o cercam.

¹ Para maiores informações da relação da comunidade local com o MAI (incluindo depoimentos), ver: RIBEIRO, 2007.

No caso das peças arqueológicas, por exemplo, há toda uma questão da estratigrafia do abandono, que traz o esquecimento das fontes arqueológicas e produz uma não-vinculação dessas fontes à memória cultural (BRUNO, 1999: 20). No caso do MAI, esse risco sempre existiu, mas a convivência da sociedade naquele ambiente tornou possível que ela fizesse uma outra vinculação em relação aos artefatos, pois foi ela quem os coletou e quem os manteve e posteriormente doou, foi um membro de suma importância naquela comunidade. O que é apenas uma peça arqueológica para um visitante comum, é algo maior, importante e especial, para aqueles que ajudaram na sua coleta e preservação.

Conclusão

Este trabalho é breve, e acreditamos que ainda haja muito a ser explorado nesta questão – demos aqui apenas uma idéia bastante pálida do potencial do Museu de Arqueologia de Itaipu e de sua mutação em espaço de memória, além das fronteiras – à primeira vista, seriam as únicas – da História e da Arqueologia. Não só tal característica pode ser verificada como é possível fazer um exercício verdadeiramente interdisciplinar na análise dessa questão, trazendo para o mesmo estudo História, Museologia e Arqueologia, pois essas ciências são, antes de tudo, ciências sociais e humanas, e a memória, e a sociedade que a possui, é, necessariamente, humana e social.

Referências Bibliográficas:

BARRETO, Marcos. *O Museu como Espaço de Educação Patrimonial: Uma experiência no museu arqueológico de Itaipu*. X Encontro Regional de História – ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2002.

BRUNO, Cristina. *Musealização da Arqueologia: Um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 17, 1999.

CHAGAS, Mário. *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

MENSCH, Peter van. *O Objeto de Estudo da Museologia*. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, v 10, 1993.

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Ciência da Informação em Ação: Um estudo sobre os fluxos de informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. Niterói: IBICT/UFF, 2007.